



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 17/09/2014 11:18:03 , faço estes autos conclusos ao
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.
 Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0021474-95.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Elias Pedroso de Oliveira**
 Requerida : **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Elias Pedroso de Oliveira move ação em face de **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, dizendo que sofreu acidente automobilístico em 12.11.1993, que lhe causou invalidez total e permanente, fazendo jus à indenização do seguro obrigatório DPVAT. Pede a procedência da ação para condenar as rés a lhe pagarem indenização de 40 salários mínimos, ou seja, R\$21.800,00, com correção monetária, juros de mora e honorários advocatícios. Documentos às fls. 11/12.

A ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais foi citada e contestou às fls. 16/30 alegando que a prescrição se consolidou em 11.01.2006. É parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação, devendo figurar a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Falta ao autor interesse de agir. Deixou de juntar documento indispensável à propositura da demanda. Aplicável à espécie a Tabela da Susesp para identificar eventual incapacidade parcial, não podendo eventual indenização ser vinculada ao salário mínimo. Necessidade de realização da perícia médica para identificar se o autor ficou inválido e qual o grau dessa invalidez. A correção monetária só incide a partir do ajuizamento da ação, juros de mora desde a citação e honorários advocatícios a serem arbitrados no máximo em 10%.

Réplica às fls. 46/51. Debalde a tentativa de conciliação: fl. 55.

0021474-95.2011.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Documentos às fls. 60/61.

A seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A foi citada e contestou às fls. 63/74 reproduzindo a contestação apresentada pela ré Porto Seguro.

Documentos às fls. 90/105. Laudo pericial às fls. 159/165. As partes se manifestaram às fls. 169/175 e 177/188 reiterando os seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento e decido.

Incontroverso que o autor foi vítima de acidente automobilístico no dia 12.11.1993, conforme fls 11/12. Somente em 14.11.2011 o autor tomou ciência inequívoca da sua impossibilidade de trabalhar. Segue-se que por força da Súmula 278 do STJ o prazo prescricional teve início para o exercício da pretensão deduzida na inicial o dia do relatório médico de fl. 12. A ação foi proposta em um mês e treze dias depois da data do referido relatório, portanto, a prescrição não se consumou.

Não havia necessidade do autor comunicar à ré a ocorrência do sinistro na via administrativa, para a sua regulação. Não existe obrigatoriedade de se percorrer a via administrativa ou mesmo de se provocá-la como condição para a propositura desta ação. O direito de ação tem previsão constitucional e confirma a facultatividade oferecida à vítima para comunicar o sinistro e pleitear administrativamente a indenização do seguro DPVAT. O autor está assim provido do indispensável interesse processual para ajuizar a demanda.

Inúmeros documentos de valor significativo aportaram nos autos (fls. 91/105), todos relacionados à internação hospitalar do autor em razão dos danos físicos experimentados quando do acidente automobilístico.

O laudo pericial de fls. 159/165 mostra-se bem estruturado. O perito realizou o exame físico do autor e diagnosticou que: "o autor sofreu queimaduras de terceiro grau em membros superiores e inferiores" (fl. 163). No estudo do nexa causal (fl. 164) o perito consignou: "após a cicatrização das queimaduras restou apenas dano estético, como declara o mesmo na entrevista. Tanto os membros inferiores quanto os membros superiores não apresentam comprometimento funcional em decorrência das cicatrizes. Portanto, deste acidente não restou invalidez".

O perito concluiu que o nexa causal é procedente, mas as cicatrizes que o acidente de trânsito conferiu ao autor foram tratadas e apresentaram-se sem retrações ou restrição de mobilidade, portanto ausente sequela funcional incapacitante que inviabilize o periciando à continuidade da atividade profissional que lhe é habitual exercida nessa ocasião. O autor está apto ao trabalho de motorista que lhe é habitual. Não há invalidez parcial ou total a ser considerada ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

se aplicar a Tabela da Susesp (fl. 164).

Diante da conclusão da perícia, confirma-se que o autor não experimentou invalidez total e nem parcial, pelo que o seu pedido de indenização do seguro obrigatório DPVAT é improcedente.

JULGO IMPROCEDENTE a ação. Condene o autor a pagar às rés, 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, custas do processo e as de reembolso, verbas essas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo art. 12, da Lei 1.060.

P. R. I.

São Carlos, 03 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**